

## Defensivos agrícolas

# Critérios para a classificação toxicológica

Rosa Maria de Sá Trevisam\*

Ana Carolina de Aguirre\*

Helena M. Sassaki\*

Regiane Landi Pereira\*

Sandra Takaki\*

Simone Saito Palma\*

Viviane França\*

Helena Bertochi\*

NO CONTEXTO dos produtos fitossanitários, um perigo agudo é o seu potencial da adversidade à saúde do agricultor, que pode ocorrer acidentalmente, através de exposições únicas ou múltiplas, quando do manuseio de produtos formulados, conforme a recomendação de rotulagem.

Assim, com o objetivo de possibilitar a distinção dos produtos formulados quanto a periculosidade, o Ministério da Saúde faz a sua classificação toxicológica em quatro níveis: extremamente, altamente, medianamente e pouco tóxico.

Através da Portaria número 03, de 16 de janeiro de 1992, da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), do Ministério da Saúde (MS), o Brasil modificou seus critérios de classificação toxicológica de agrotóxicos, adequando-os à recomendação de classificação de periculosidade da Organização Mundial da Saúde (OMS). Posteriormente, em 2002, a Organização das Nações Unidas adotou o Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos (GHS).

Agora, frente às metodologias e aos critérios de classificação do perigo em vigência, de acordo com o proposto por várias organizações internacionais,<sup>1</sup> parece ser bem oportuna uma revisão do Anexo III - Critérios para a Classificação Toxicológica, da citada Portaria.

É importante registrar que a própria indústria produtora de defensivos agrí-

colas mostra preocupação em relação ao impacto para o agricultor da comunicação do perigo baseada na classificação atualmente praticada.

Nesse sentido, é importante discutir a importância da adequação dos Critérios de Classificação Toxicológica Aguda. Quando se levam em conta as legislações nos Estados Unidos, na União Europeia, no Canadá e nos países da América Latina, entre outros, bem como as proposições adotadas por organismos internacionais, como a FAO/OM, verifica-se uma defasagem do Brasil em classificar e comunicar o perigo agudo de maneira adequada.

## Comparação com o Brasil

Como o potencial de irritabilidade e a corrosividade à pele e aos olhos e toxicidade inalatória não fazem parte dos Critérios de Classificação do Perigo preconizados pela OMS/Harmonização Mercosul, a comunicação do perigo deve ser feita através das frases de alerta em rótulo e bula segundo o Globally Harmonized System, da Organização Mundial da Saúde (GHS/OMS). Isso beneficia os usuários dos produtos fitossanitários em relação ao perigo no manuseio inadequado e quanto às medidas de segurança a serem adotadas, uma vez que a classificação toxicológica é a única informação utilizada pelos trabalhadores rurais e pela maioria dos profissionais da saúde.

Para nenhuma instituição ou agência regulamentadora o potencial de sensibilização dérmica é empregado como parâmetro de classificação toxicológica aguda. Após a avaliação do produto, a comunicação efetiva é feita quanto ao seu potencial de causar dermatite de contato, com a recomendação do equipamento adequado de proteção em bula.

As principais vias consideradas de exposição ocupacional são a oral e a dérmica, com muitos casos de intoxicações envolvendo a questão acidental e/ou tentativas de suicídio, em que a via oral, neste último caso, é de extrema importância.

Por sua vez, em relação aos Critérios de Classificação do Perigo, as quatro classes atuais podem ser mantidas, junto com a atual comunicação do perigo através das faixas coloridas em rótulo, com base nos resultados dos estudos agudos para exposição via oral e dérmica (Dose Letal aguda - DL50), conforme preconizado pela OMS/Harmonização Mercosul. ■

1. Organização Mundial da Saúde (FAO/OMS), Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OECD), United Nations Economics Commission for Europe (Unece), Environmental Protection Agency (Estados Unidos Usa), Council Directive 91/414/EEC (Comunidade Europeia), Pest Management Regulatory Agency (PMRA/Canadá), Ministry of Agriculture, Forestry and Fisheries (MAFF/Japão).

\* Membros do Comitê de Resultados de Avaliação do Risco Toxicológico – Associação Nacional de Defesa Vegetal - Andef